

As sete vidas do stalinismo

Lincoln Moraes¹

RESUMO

A existência do stalinismo, diferentemente do que se pensa, não caracteriza um resquício de um passado distante, porém materializa um traço constitutivo da chamada esquerda no Brasil, seja de partidos, sejam outros grupos políticos. Daí a importância de identificar alguns elementos básicos da sua prática e da concepção que o fundamenta e que procura legitimá-lo. Para tanto, foi apontado o que chamam de as sete vidas do stalinismo e sua marca no Brasil, quais sejam, a falta de mediação, a inexistência de memória, a subordinação dos movimentos sociais ao partido e ao Estado, entre outras.

Palavras-chave: Stalinismo. Esquerda. Prática e concepção.

ABSTRACT

The existence of Stalinism, unlike what many people think, does not characterize a holdover of a distant past, but materializes a constitutive trait of the so called leftist sectors in Brazil, either party or other political groups. Hence comes the importance of identifying some basic elements of its practice and the conception that substantiate it and which seeks to legitimize it. Thereunto, it was pointed out what we call seven lives of Stalinism and its brand in Brazil, namely, the lack of mediation, the absence of memory, the subordination of social movements to the Party and to the State, among others.

Keywords: Stalinism. Leftist sectors. Practice and conception.

Faz mais de meio século que Stalin faleceu, isto é, em 1953. Mas o stalinismo, apesar de alguns abalos, continua vivo e permanece atuante e até desenvolvido, seja na prática de partidos e organizações, que se julgam e são considerados por alguns de esquerda, seja na postura de outros grupos e pessoas com atividades em diferentes áreas. E em função da sua amplitude e mesmo de alguns disfarces e discursos em contrário, porém, é necessária uma atenção mais acurada para se mostrar seus principais campos de atuação, alinhar suas particularidades e apontar algumas influências no Brasil bem como fixar algumas observações que considera-se por demais pertinentes. Entretanto, no âmbito e nos limites de uma exposição como esta, nossa intervenção, tem um caráter bastante sintética e direcionada e daí algumas observações preliminares.

¹UFRN. E-mail: lincolnmoraes@ufrnet.br

Em primeiro lugar, não pretendemos expor uma teoria ou uma visão ampla, aprofundada e sistemática do stalinismo, até porque isto exigiria mais tempo e um espaço além deste texto. Queremos apenas destacar alguns de seus elementos básicos que têm perdurado, pelo menos no Brasil. Nesse sentido, indicaremos seus efeitos e faremos as respectivas observações.

Em segundo, é incorreto confundir o stalinismo e o próprio Stalin com Lenin e, mais ainda, com Marx e Engels. Não somente destoam no plano filosófico e científico, como na própria prática política. Alguns, afirma Lewin (1986), abordam o stalinismo como se esse período tivesse sua raiz no leninismo ou, mais exatamente, na concepção leninista de organização do partido. Mas consideramos isto equivocado e não é por acaso, ressalte-se, que Lenin, no seu testamento político, colocava-se contrário à escolha de Stalin para dirigir a União Soviética, bem como a indicação de Trotsky (1980) para o mesmo papel. O stalinismo, no entendimento da *Gauche Ouvrière et Populaire* (1976)², durou 30 anos e começou após a morte de Lenin, isto é, de 1923 a 1953 na antiga União Soviética. Ou, segundo Paulo Netto (1984), o stalinismo foi produzido e desenvolveu-se no interior do partido soviético a partir da metade da década de 1920.

Em terceiro, Lukács (1977) adverte corretamente que não se deve analisar simplesmente o indivíduo e isolá-lo do contexto mais geral. Stalin, como se sabe e comentaremos depois, era o líder e a síntese, ao mesmo tempo, do que ocorreu na União Soviética.

Em quarto lugar, em que pese o fato de o stalinismo constituir o núcleo mais importante do chamado modelo soviético, é equivocado atribuir tudo a esse sistema. As pressões externas do imperialismo, o atraso da sociedade soviética, as perdas humanas durante a guerra civil, a condição de primeira experiência do socialismo, dentre outras coisas, merecem, igualmente, ser lembradas. A tudo isto se deve levar em conta, igualmente, alguns elementos predominantes na herança da II IC, como é o caso do economicismo.

Em quinto, o stalinismo, não obstante os determinantes internos da antiga União Soviética que o criou, generalizou-se para o conjunto dos partidos comunistas em outros países por meio da III IC e de outras organizações ligadas à política externa da União Soviética, como aponta Claudín (1977). E não somente isso, uma vez que terminou influenciando e ainda influencia grupos e partidos que não estão formalmente associados ao stalinismo e aos PCs, como são os casos de alguns agrupamentos trotskistas e o PT em termos gerais. Um das razões disso, é que

²Para facilitar nossa exposição, passaremos a denominá-la de GOP.

no período antes da morte de Stalin, e mesmo atualmente, o stalinismo foi e é visto como o principal ou único modelo da esquerda, tanto pelos que concordam ou discordam dele.

Em sexto, a nossa crítica ao stalinismo não deve ser assemelhada à rejeição ao socialismo, a uma nova sociedade, mundo pós-capitalista ou qualquer denominação que se queira adotar. Essa suposta alternativa entre stalinismo/modelo soviético e a opção pelo capitalismo (mesmo sob formas diferenciadas e bem empacotadas), é uma chantagem ideológica que está fora de propósito.

Em sétimo e último lugar, é necessário especificar os campos ou domínios nos quais mais incidiram e incidem as práticas e concepções do stalinismo. Apesar de amplo, a maior presença encontra-se na política e na economia. No tocante à política, que centraremos nossa atenção e, mais especificamente, em relação ao partido político. Na economia, as poucas observações serão direcionadas para a questão da estatização e socialização da propriedade. Em seguida, porém, citaremos algumas abordagens sobre o stalinismo, especialmente a partir de Salvadori (1986).

ALGUMAS CONCEPÇÕES SOBRE O STALINISMO

Antes de entrarmos em detalhes sobre as abordagens do o stalinismo, é bom lembrar que, mesmo dentro do chamado campo marxista e anti-stalinista, encontram-se muitas variações e algumas questões nucleares, como aponta Salvadori (1986):³ para alguns, o stalinismo seria um regime totalitário; para outros, apenas algo transitório historicamente e que findaria quando as raízes que o produziram desaparecessem e para outros a superação somente ocorreria com sua destruição; o stalinismo materializaria um despotismo, mas não alteraria a natureza socialista da economia; seria continuidade do bolchevismo e para outros uma inversão desse regime etc.

Partindo das sete abordagens apresentadas por Salvadori (1986), teremos uma visão ampla das questões relevantes. Em primeiro lugar, o autor inicia com a concepção de Kautsky. Para este autor, o stalinismo significava uma ditadura pessoal do próprio Staline coroamento de todo um processo, expressava a dominação de uma minoria, era a continuidade lógica e tinha suas raízes em Lenin e no bolchevismo (envolvendo partido único etc.). E decorreria de um forçamento das condições econômico-sociais na tentativa de saltar etapas do desenvolvimento e a consequente ditadura de uma minoria para levar isto à frente, uma vez que as

³Salvo referência e indicação em contrário, nos baseamos nessa síntese nas abordagens mais importantes analisadas por Salvadori (1986).

condições para o socialismo ainda não estariam maduras. Ainda segundo Kautsky, passou a ocorrer na União Soviética a substituição das velhas classes sociais por novas e foram criadas novas aristocracias e burocracias que controlavam os meios de produção e cujo produto e chefe seria Stalin, bem como o estabelecimento de um tipo de capitalismo de Estado.

Em segundo lugar, e passando-se para o entendimento de Hilferding, em alguns pontos relevantes pode-se colocá-lo ao lado de Kautsky na explicação do stalinismo. Nesse sentido, nega o caráter socialista da então União Soviética e passa a atribuir ao Estado, diferente dos esquemas marxistas tradicionais, a determinação da chamada infraestrutura e da economia. Mas não chega a caracterizar o país sob Stalin como capitalismo de Estado, uma vez que, segundo ele, a economia perdera o primado sobre a sociedade e o seu centro não residia mais no funcionamento do mercado. Além do mais, Hilferding considerava que o tipo de Estado ou Estado totalitário como o analisava, seria o resultado histórico das ações de Lenin e Trotsky, ou seja, Stalin representava uma continuidade. E haveria uma ditadura pessoal que, por sua vez, controlava a burocracia estatal e Stalin significava o vértice da pirâmide.

Em terceiro, vejamos a compreensão de Otto Bauer, onde as diferenças com Kautsky e Hilferding são claras. Para se ter uma ideia, na sua maneira de ver a União Soviética a mesma prosseguia, no fundamental, no caminho correto, pois teria criado seus fundamentos econômico-sociais e os bolcheviques estariam, na verdade, direcionando o país num caminho oriental do socialismo. E mesmo reconhecendo que os métodos políticos do governo de Stalin tinham caráter ditatorial e não democrático e condenando os processos de Moscou, isto seria derivado do atraso anterior do país e daí sua discordância com Trotsky quando este defendia a denominada revolução antiburocrática.

Em quarto, passemos para Trotsky (1980), que entendia que a União Soviética continuava socialista e a situação vigente seria transitória. O stalinismo decorreria do atraso social e cultural do país e expressava uma espécie de resposta subjetiva errada aos problemas objetivos e materializaria uma contradição entre a estrutura econômica socialista e a superestrutura e, isto requeria, a necessidade de uma revolução política contra a burocracia para a retomada do caminho anterior. A degenerescência burocrática, segundo Trotsky, derivava, fundamentalmente, da não ocorrência da revolução permanente e internacional (derrota na China em 1927 e a catástrofe espanhola etc.) que teria propiciado a criação do stalinismo e da traição ao socialismo. Entretanto, a burocracia stalinista constituía mais uma casta ou estrato e não uma classe dominante, mesmo tendo expropriado politicamente o proletariado e auferindo

privilégios, pois não era proprietária dos meios de produção. Com isto, Trotsky argumentava que a União Soviética não era um capitalismo de Estado, pois a burocracia não tinha título nem ações, mas era um regime totalitário. O stalinismo representaria a tendência para a consolidação da burocracia e, em última instância, a liquidação da própria revolução e do respectivo sistema social criado por ela. E Stalin expressava de forma coerente o sistema de dominação da burocracia, um desvio do bolchevismo revolucionário. Ou, nas palavras do mesmo Trotsky (1980), era o vértice de uma pirâmide.

Em quinto lugar, e no tocante às primeiras interpretações historiográficas, sobressaem Arthur Rosenberg e Boris Souvarine, como assinala Salvadori (1986). Para se ter uma ideia, segundo Arthur Rosenberg havia uma continuidade entre Lenin e Stalin exemplificada, inclusive, com o centralismo estatal e o autor caracterizava a União Soviética como capitalismo de Estado. E destacava como o papel de Stalin o de adaptar o marxismo e o socialismo às exigências da modernização e do desenvolvimento econômico, culminando numa ditadura e num regime político burguês e não no socialismo. A análise de Boris Souvarine aponta que havia alguma continuidade entre Lenin e Stalin e sua atenção estava mais voltada para a relação entre o bolchevismo, o chamado totalitarismo e a crise do socialismo e do marxismo. Na visão do autor, o stalinismo era exatamente a culminação e uma variante do totalitarismo e Stalin protótipo da organização partidária militarizada criada por Lenin. E o terror, que para Lenin deveria ser algo provisório, para Stalin, contudo, era a regra e um instrumento poderoso.

Em sexto, e mudando o foco para Bruno Rizzi, James Burnham e Max Schachtman, mencionados por Salvadori (1986) remete para autores que partiram das teses de Trotsky e que terminaram negando-as ao não concordar que a União Soviética seria socialista etc. Bruno Rizzi, por exemplo, entendia que a burocracia staliniana deveria ser considerada uma classe dominante, pois a posse do Estado conferia à burocracia a propriedade dos meios de produção. Acrescenta que a União Soviética de Stalin, em função do seu estatismo configuraria uma forma específica de totalitarismo. O ex-trotskista James Burnham, por sua vez, via a União Soviética como uma sociedade tecnoburocrática e com traços do poder dos *managers* que dirigiam o aparelho produtivo. Já Max Schachtman, negava o caráter operário do Estado staliniano e o via como o produto de uma contrarrevolução nas relações econômicas e políticas e também concebia a burocracia como classe dominante e algo novo na história.

Em sétimo lugar, o último grupo apresentado por Salvadori (1986), no caso os comunistas conselhistas. Começando por Karl Korsch, o mesmo via o partido comunista soviético como

uma organização que teria se transformado em partido de Estado e mudado de classe e o bolchevismo funcionando muito mais como uma superestrutura ideológica ligada à modernização econômica capitalista do país. No caso de Anton Pannekoek, este achava que havia uma espécie de equivalência entre socialismo de Estado e capitalismo de Estado, pois o Estado seria o único empresário e os operários não seriam os donos dos meios de produção. Para Otto Rühle, a União Soviética representava um modelo totalitário fascista, pois os operários não geriam a produção e o bolchevismo, na verdade, significaria um nacionalismo autoritário.

Além das concepções analisadas por Salvadori (1986), podemos acrescentar outras sobre o stalinismo. Para Lukács (1977), mesmo sem citar Trotsky (1980), afirma que Stalin era, na realidade, o vértice de uma pirâmide e o stalinismo, completa, foi um falso sistema de ideias progressivamente montado e um reflexo deformado e deformante das situações e do contexto existente. Dessa forma, não representava erros particulares e ocasionais. E isso, continua, tornava-se mais doloroso quando ainda existe o stalinismo, em que pese o desaparecimento de suas condições originais que o produziram. Ou, nas palavras de Paulo Netto (1984), o stalinismo foi uma prática política ligada a um sistema de ideias, mas, raciocinando como a GOP (1976), Stalin foi um porta-voz em última instância de uma classe ou fração de classe. E, ainda para a GOP, terminou materializando-se, no processo, numa espécie de burguesia de Estado.

Para Lewin (1986), o stalinismo foi um sistema e período que ocorreu na União Soviética e refere-se ao stalinista como algo peculiar. O stalinismo, continua, foi a epítome de um período repressivo e condenável do desenvolvimento industrial e social soviético. Fala de fração stalinista e, logo depois, refere-se a Stalin como autocrata caprichoso. E, segundo McNeal (1986), para entender o stalinismo seria necessário defini-lo por meio de instituições políticas e sociais nos anos de 1930, especialmente o partido comunista, o ordenamento social, o sistema policial e o culto a Stalin.

Como se viu, predominou o foco na política e na economia, mas isto não anula a existência de fundamentos filosóficos e ideológicos do stalinismo e a visão sobre a prática. E é em função disso, que iniciaremos por esse plano mais amplo como veremos a seguir, isto é, eles também constituem algumas vidas do stalinismo.

ABOLIÇÃO DAS MEDIAÇÕES

Seguindo a análise de Lukács (1977), podemos dizer que uma das características ou vida do stalinismo é a instituição da conexão imediata entre as posições teóricas de caráter mais gerais e os fatos mais crus. Ou, a supressão das mediações e o vínculo direto entre os princípios gerais e as exigências da atividade cotidiana e daí a vulgarização e simplificações dos princípios, subordinando-os às exigências da prática. Com isto pode-se também entender a alteração na teoria, como no caso da China, em que Stalin simplesmente passou a considerar as relações de produção desse país como um feudalismo chinês e asiático em termos amplos. Deveria ser agregado a esse equívoco, a generalização de uma tática aplicada em período e situação anterior transposta para outras circunstâncias e tratada como se fosse princípios dialéticos.

Diferente de Lenin, Stalin não distinguia de modo claro a teoria, a estratégia e a tática, nem levava em conta as mediações entre elas e a situação dada e ficava somente na base dos princípios gerais. A não defesa e a prática do recuo tático seria um exemplo claro disto, por sua vez Stalin estabelecia uma ligação direta entre teoria e prática, apresentando as medidas tomadas como uma consequência direta e também imediata do chamado marxismo-leninismo. A supressão das mediações também o levou a adotar uma tendência para tratar todas as coisas da vida como apenas um bloco monolítico. Com isto, tudo se dissolve sem deixar nenhum resíduo na função que naquele momento desenvolvia. E Lukács (1977) aponta o processo contra Bukharin e o respectivo raciocínio: já que, em 1928 discordou do plano stalinista de coletivização, então, em 1918 seria certo que participou da conspiração contra Lenin em 1918.

Ainda seguindo o mesmo Lukács (1977), Márek (1986), refere-se a alguns elementos centrais do stalinismo: a inexistência de matizes, tensões, reservas e mediações; tendência à esquematização, bem diferente de Lenin dos *Cadernos filosóficos*; afinidade com o positivismo e o pragmatismo de Kautsky; dogmatismo e maniqueísmo (contra ou a favor da União Soviética, socialização forçada dos meios de produção ou restauração da economia privada etc.); quanto mais maniqueístas, mais simplificação (identificação das leis do desenvolvimento social com as leis naturais etc.), esquematização e vulgarização regulares; simplificação dos problemas e que iria influir na política de Stalin; sem mediações ou outras possibilidades; para os problemas teóricos, apenas sim ou não e sem outras possibilidades; consenso ou condenação etc.; colocação de todos os opositores no mesmo saco; identificação da decisão singular termina identificada com a lei geral do desenvolvimento histórico; toda a crítica e dúvida seriam, a *priori*, ridículas, porque contraditórias com a suposta férrea necessidade histórica; contradição

entre o conceito e a realidade, bem como com a teoria (alterada para justificar a prática etc.) e a *práxis*; a realidade é que deveria adequar-se à teoria e esta passa a ser mistificada cancelando e ocultando as contradições e conflitos; tudo teria que ser confirmado imediatamente etc.

Podemos, dentre outras coisas, vincular algumas das observações, ao que foi chamado de transformação objetiva que levaria a um desvio e serviria de arma para a burguesia, isto é, o que foi usado contra Trotsky para justificar sua expulsão do partido no final da década de 20, como aponta McNeal (1986, p. 267). Nesse caso, diríamos, é como se qualquer ação, mesmo que a intenção seja outra, termina, “objetivamente” favorecendo o inimigo. No Brasil foi batizada, ao que parece pelo MDB e divulgada também pelo então PCB e pelo PC do B na campanha eleitoral para governador em 1982, de voto útil, como criticou na época Marilena Chauí: não votar em determinado grupo ou candidato, “objetivamente” seria votar na direita, na situação etc. E lembra Chauí (1982) que o PT, daquela época, ressaltou-se, era muito desqualificado e acusado regularmente também de sectarismo, simplismo, radicalismo pequeno-burguês, que o voto útil seria o voto do PMDB e quem não fizesse isto estaria fazendo o jogo do governo.

Atualmente, o PT tem requeitado esse argumento stalinista/PC sem divulgar que fazer oposição ao governo no Congresso Nacional é juntar-se ao DEM e ao PSDB. E que votar no PSOL, no PSTU ou anular o voto é fazer o jogo do DEM ou do PSDB e de outras organizações da direita tradicional. Em outras palavras, e de modo enviesado, argumenta-se que não votar e apoiar o principal partido do governo, no caso o PT, é apoiar a direita. Dessa forma, simplificam-se os princípios, adota-se o maniqueísmo (quem apoia o governo é bom, quem se opõe é ruim), coloca-se tudo no mesmo saco sem fazer as mediações necessárias etc. como já apontado no stalinismo por Lukács (1977) e Márek (1986).

O EXTERMÍNIO DA MEMÓRIA

Como a teoria passa a subordinar-se ao imediato, esse mesmo mecanismo ou algo aparentado produz o afastamento da memória ou o apagar da mesma como resalta Trotsky (1980). A história passa a ser reescrita de acordo com os interesses imediatos e não por meio de uma revisão crítica visando reconstituir o real. Um dos mecanismos também utilizados, como aponta McNeal (1986), foi omitir ou suprimir o que foi dito ou escrito pelos opositores ou mesmo caricaturar e deformar as concepções criticadas ou chamar esses mesmos opositores de delirantes e sem princípios.

Lukács (1977) lembra-nos também, que os atos eram apresentados ou suprimidos de acordo com as exigências. A apresentação de Hegel como opositor à revolução francesa seria um exemplo, quando, na verdade, este foi, ressaltado, um dos seus entusiastas defensores.

No Brasil, mesmo pensando-se que isto ocorreu há algum tempo, não deixa de ser bastante expressivo o fato do PC do B ter estabelecido uma forte ligação com a China de Mao ou com o grande timoneiro como diziam seus militantes. Passado algum período, o partido negou suas relações anteriores com a mesma China e vinculou-se à Albânia e como se nada tivesse acontecido.

Ainda pensando-se no PC do B, no início da década de 1980, João Amazonas (1981), então principal dirigente do partido, escreveu um artigo criticando duramente o PT, mencionando que para se ter ideia: que o intitulado Partido dos Trabalhadores não representava os interesses básicos do proletariado, pois era falsamente proletário; no PT residiria a maior esperança da social-democracia e o partido procurava desviar o proletariado da luta revolucionária; atribui uma boa relação entre o PT e Delfim Netto e outras figuras significativas das classes dominantes e da direita no Brasil; o PT era um partido sem norte e que vagava ao sabor dos acontecimentos. Atualmente, porém, o PC do B é um dos principais defensores do governo petista, incluindo a presença em cargos como o Ministério dos Esportes e é como se fosse passado uma borracha na memória. E, também, ao que parece, não critica mais Delfim Netto.

O Partido dos Trabalhadores, por seu turno, tem procurado adotar uma postura mais sofisticada, mas nem por isso abandona a sedução stalinista da exclusão da memória. Para dar um exemplo: antes de o partido abraçar a ideologia neoliberal, tratava o tema da reforma do Estado adotando a designação anterior utilizada pela esquerda, ou seja, reforma remetia para uma melhoria de vida da classe trabalhadora mesmo sob o capitalismo e as mudanças institucionais diziam respeito à participação, transparência e, em termos bem amplos, à chamada democratização do Estado. A partir de 2003, com a iniciativa do governo petista, visando privatizar a previdência social, contudo, a reforma muda de sentido e passa a significar a privatização do Estado e o partido atribui outro conteúdo como se tivesse se esquecido do conteúdo anterior.

PRATICISMO E PRAGMATISMO

Uma herança forte e que representa outra vida do stalinismo, é o praticismo. Como lembra-nos Paulo Netto (1984), isso se refere a um simples esquematismo no que tange à teoria ou, nas suas palavras, a um *bê-a-bá*. Casando-se com o pragmatismo, as ideias passam muito mais a ter como objetivo básico a justificativa das ações e não, diríamos, atuar como elemento crítico.

Podemos compreender a má ou pouca vontade no conhecimento da teoria, sua crítica e aprofundamento, assim como algumas citações acríticas dos chamados clássicos do marxismo. E os famosos manuais, sejam de origem stalinista ou não, caem como uma luva nessa concepção equivocada de prática. Ao invés da prática traduzir-se como ação transformadora, fica reduzida ao imediato e ao aparente. Para usar a expressão de Trotsky (1980), Stalin era um empírico e um burocrata, mesmo quando formalmente continuava com a tradição revolucionária. Daí, afirma, o desprezo pelas ideias e o programa partidário.

No Brasil, esse praticismo fica muito claro com as alianças, especialmente nos momentos eleitorais ou nas votações no legislativo. Mais recentemente, nas eleições municipais no ano de 2012 em São Paulo, o PT firmou uma aliança pública com Maluf, ao ponto de Luiza Erundina ter renunciado a vice na chapa majoritária. Mas essa prática não é tão nova e tem sido justificada em nome da chamada governabilidade, ao ponto do PT e o governo Lula terem apoiado e contribuírem bastante para a recuperação política ou fortalecimento de figuras como Sarney, Jader Barbalho, o próprio Maluf e outros.

O OBREIRISMO

Como lembra corretamente Paulo Netto (1984), uma das principais influências do stalinismo durante muito tempo no PCB foi o obreirismo, ou seja, uma identificação equivocada entre origem de classe e posição de classe. Embora não seja algo tão regular, atribui-se à origem operária da direção partidária e dos militantes certa mitificação, bem como o desprezo por pessoas vindas de outras classes e segmentos sociais e às questões teóricas e culturais.

Mas não foi somente o antigo PCB que sofreu essa grande influência do stalinismo. Vários grupos trotskistas e principalmente o PT prosseguem nessa postura equivocada. A figura de Lula e de outros antigos operários no partido, para se ter uma ideia, ainda funciona muito como uma espécie de cartão de visita, currículo do partido e troféu da trajetória da agremiação. Ainda no Brasil, esse obreirismo, muitas vezes harmoniza-se e é combinado com elementos do catolicismo onde a figura do “pobre”, “humilde”, “saído do povo sofrido” e coisas do gênero parecem abrir as portas para a ideia dos “escolhidos” e “destinados” a algo grandioso etc.

FUNCIONAMENTO INTERNO DO PARTIDO

Diferente da década de 1920, mais precisamente até 1928, quando ocorreram intensos debates no interior do partido soviético, como aponta Medvedev (1986), as discussões passaram, progressivamente, a rarear e a vigorar, nas palavras de Lukács (1977), a liquidação das discussões internas e a adoção de medidas organizativas contra a oposição. E as decisões, lembra Trotsky (1980), eram tomadas nos bastidores e começa a utilização da técnica da máquina quando se considerava necessário esmagar a oposição dentro do partido.

Vai ocorrendo a transformação do centralismo democrático defendido por Lenin, em centralismo burocrático, como recorda Paulo Netto (1984). Ou, nas palavras de Márek (1986), predominam os aspectos administrativos e executivos em detrimento da direção coletiva. E isto era coerente, afirma a GOP (1976), uma vez que para Stalin ninguém poderia ter razão contra o partido.

No Brasil, o PT deu vários exemplos a esse respeito, sendo os mais conhecidos as intervenções em diretórios estadual ou municipal para impor seus candidatos nas eleições e a pressão sobre aqueles e aquelas que defendiam seu programa e não baixaram a cabeça para a direção nacional da agremiação, como foi o caso da então senadora Heloísa Helena. Ao final, ela foi expulsa do PT.

A SUBORDINAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS AO PARTIDO E AO ESTADO

Outra vida do stalinismo, nesse caso herdada da II Internacional Comunista e dos próprios bolcheviques e elevada ao máximo pelo stalinismo, foi a perda de autonomia dos movimentos sociais. Num primeiro momento, a subordinação dos movimentos passou a ser ao partido e, posteriormente, também ao Estado soviético. Como lembra McNeal (1986), o partido soviético cresceu bastante de importância ao assumir, também, um grande papel no planejamento econômico a partir do plano quinquenal, incluindo o crescimento de níveis e células dentro das fábricas. Nesse sentido, as outras formas de organização, como a sindical, mesmo no ambiente de trabalho, deixaram de existir ou ficaram subordinadas ao partido.

Num segundo momento, como foi dito, a importância do partido ficou reduzida diante do crescimento do Estado. Já no final da década de 30, o partido passou a subordinar-se à política estatal ao não decidir mais sobre a filiação a suas fileiras, como aponta McNeal (1986), e os sindicatos e as cooperativas já tinham sido estatizadas no mesmo período. Além do mais, como ressalta Medvedev (1986), o próprio partido passou a ter um peso menor no Estado e alguns dos aparelhos, como os repressivos, adquiriram maior peso.

Não constitui nenhum segredo no Brasil, que os partidos e organizações da chamada esquerda procuram ter uma intervenção organizada nos movimentos sociais o que, de resto, não é problema se a autonomia do movimento for respeitada, se levada em conta a composição social e política bem variada dos componentes e o ritmo e concepções partidárias diversas não for sufocada. A questão é a predominância do que se convencionou chamar de aparelhismo, ou seja, a tentativa, geralmente e infelizmente bem sucedida, de ver o movimento social apenas como uma correia de transmissão e um celeiro de futuros quadros partidários e não um nível diferente de luta e uma escola política.

De um lado, no país ocorre a criação e a partidarização dos militantes que atuam em sindicatos dos trabalhadores ou centrais sindicais (CUT e outras) ou mesmo nas organizações do movimento estudantil. De outro lado, no governo do PT a mesma CUT deu inúmeros exemplos de sua subordinação ao Estado, além da corrente denominada de PROIFES que atua no movimento sindical de professores universitários e procura esvaziar a luta da categoria.

A REDUZIDA DISCUSSÃO SOBRE O ESTADO, O ESTATISMO E O ECONOMICISMO

Atualmente, é mais ou menos aceito que há uma necessidade de uma discussão mais aprofundada sobre o Estado. Mas no período do stalinismo na União Soviética, seguindo o raciocínio de Poulantzas (1991) havia uma espécie de proibição para debater o assunto, pois levantar a questão iria referir-se ao tema e poderia chocar-se de frente contra o regime e as conseqüentes represálias. Daí compreender-se a afirmação de Lewin (1986): ainda estaria para ser esclarecido o debate em 1929 na antiga União Soviética. E completa: suscitar problemas do tipo seria fazer política e introduzir-se na economia política e sociologia do período czarista significaria discutir o regime e os tabus ideológicos. No entanto, Mcneal (1986) ressalta que não se deveria responsabilizar exclusivamente a Stalin o que ocorreu, mesmo que a limitação da pesquisa sobre as instituições políticas e sociais tenha sido imposta pelo mesmo Stalin. Nesse sentido, é que a história do partido comunista e do aparelho repressivo ainda seria pouco pesquisada.

Não obstante, a reduzida discussão sobre o Estado não impediu que este assumisse alguns traços bem característicos do stalinismo. Lewin (1986), por exemplo, chega a falar de Estado stalinista no sentido de uma instituição controladora e associa a isto também a uma espécie de culto secular ou santificação do Estado, bem como o culto a Stalin e a ortodoxia secularizada e o abandono da chamada ideologia marxista-leninista. Posteriormente, fala da estatização stalinista com a destruição de quadros, coletivização forçada, Estado policial opressivo etc. Nas palavras de Lukács (1977) sobre o perfil do Estado stalinista, uma das razões de sua sobrevivência, é que era mais fácil governar com os métodos stalinistas do que com os métodos de Marx, Engels e Lenin.

De certa forma, poderíamos dizer que a não discussão do Estado ou, igualmente, a visão deste, enquanto elemento apenas da superestrutura e epifenômeno, traduziu também uma concepção economicista. Daí, as observações de Medvedev (1986) quanto à visão de Stalin sobre o assunto. Para o dirigente soviético, lembra o autor, o socialismo ficava reduzido somente à economia/infraestrutura e os problemas da superestrutura seriam muito mais fáceis de resolver que os relativos à base. Além do mais, no relatório de Stalin durante o VII Congresso dos Sovietes da URSS, lembra Bettelheim (1976), fica estabelecida uma espécie de identificação mecânica entre as formas jurídicas de propriedade e as relações de classe, isto é, o plano jurídico assume o papel mais relevante e não as relações de produção. Com isto, a compreensão fica limitada à aparência jurídica das relações.

Por essa razão, é que, segundo a GOP (1976), o stalinismo reduz as relações de produção às relações jurídicas de propriedade. Nesse sentido, portanto, o central seria conhecer juridicamente o proprietário dos meios de produção e de troca. Assim, por este raciocínio, confundia-se propriedade estatal com propriedade social e a confusão entre propriedade jurídica estatal e socialização da produção terminaria funcionando como um dos elementos que propiciou a criação de novas camadas, frações ou classes sociais, no caso a burguesia de Estado ou algo do gênero. E daí também a crítica de Lewin (1986) sobre a associação direta entre socialismo, nacionalização e estatização total e o vínculo com o burocratismo.

Assim, de um lado o stalinismo identifica equivocadamente a forma jurídica com as relações de produção e a propriedade estatal com propriedade social e coletiva. De outro, este mesmo Estado que se apresenta como onipotente e onipresente termina sendo visto como uma coisa e um simples instrumento das classes como aponta Poulantzas (1978; 1985; 1991) e não, para usar o conceito do autor, uma condensação material de uma relação de forças. Daí ser possível entender porque a chamada esquerda no Brasil herda também essa vida stalinista, confundindo a propriedade estatal com esfera pública e defendendo ardorosamente a primeira como “propriedade do povo” ou expressões do tipo ao referir-se à Petrobras e outras instituições do Estado brasileiro. Também não surpreende a denúncia do Estado como simples instrumento de classes e coisa a ser facilmente maleável de acordo com as classes que estão exercendo o poder. Mas quando passa a governar algum aparelho estatal, termina encontrando obstáculos não previstos e difíceis de entender. E isto, repetindo, decorre de uma visão que tem suas raízes no stalinismo.

O STALINISMO É IRREPETÍVEL?

Segundo Paulo Netto (1984), como o stalinismo foi produzido nas condições históricas e na situação particular da antiga União Soviética, não haveria possibilidade de ocorrer novamente. Caso isto seja verdade, como explicar a continuidade da sua influência? E suas sete vidas?

Evidentemente que cada país tem suas particularidades econômicas, políticas, culturais e outras. Mas isto não deve nos levar a atribuir o stalinismo exclusivamente às condições específicas e a um momento particular da antiga União Soviética. Até porque, este mesmo stalinismo tem como uma de suas raízes importantes a herança da II Internacional Comunista, como é o caso do economicismo, como nos lembra, dentre outras, a GOP. Além do mais, deve-se lembrar

de que no fundamental o stalinismo, mesmo levando em conta o que tem de particular e ser algo bem mais complexo, representa uma espécie de variante da ideologia da classe dominante.

Dessa forma, mesmo levando em conta as particularidades do Brasil, encontram-se também traços do stalinismo como já apontamos. E estes, poderíamos pensar, ao menos hipoteticamente, casam muito bem com a tradição autoritária do nosso país e encontram um terreno bem fértil para sua adaptação. E, agregue-se que, assim como o stalinismo terminou materializando-se como uma expressão de novos grupos sociais ou burguesia de Estado, como argumenta a GOP (1976), no Brasil acontece algo parecido em termos de camadas.

O grande aumento do contingente de membros do partido na antiga União Soviética, nos lembra McNeal (1986) deu-se, em grande parte, em função do controle que a instituição passou a ter sobre a economia e o correspondente crescimento da burocracia estatal. E isso, por sua vez, iria conformar uma nova camada social por meio do que, em sociologia, é chamada de mobilidade social ascendente. E mesmo que não possa ser chamado de classe social, ressalta o autor, o partido desempenhou um importante papel na remodelação da ordem social, inclusive, ao contemplar, igualmente, o acesso a uma instrução mais elevada. O partido e o governo assim, diríamos, apesar do grande sistema hierárquico, funcionou como um canal e mobilidade social ascendente.

Também no Brasil, o PT e o governo petista passam, pelo menos em parte, a expressar uma nova camada, fração ou classe social segundo Francisco de Oliveira (2003a; 2003b). O autor refere-se, especialmente, aos antigos sindicalistas do partido que se alojam nos conselhos de administração de instituições ligadas às fontes de recursos financeiros, como o BNDES e os fundos de pensão das empresas estatais. Eles não teriam formalmente, como na antiga União Soviética, a propriedade jurídica dos meios de produção e não se apresentam como donos de empresas privadas, mas, na prática constituiriam uma nova classe social.

Ora, mesmo que a atribuição de uma nova classe social seja algo muito polêmico, é inegável o surgimento de uma nova camada social por meio de uma mobilidade social ascendente. Além dos cargos mais altos, é bom lembrar, vários (as) militantes do PT, para usar uma expressão popular, “subiram na vida”, especialmente sindicalistas do partido.

Para encerrar, poderíamos dizer que o stalinismo, tal como foi criado e desenvolvido na ex-URSS, é, evidentemente, irrepetível. Todavia, vários de seus traços importantes, como

na política e na economia, continuam vivos e ocorrendo de uma maneira ou de outra, como apontamos em relação ao Brasil. O fato de serem mesclados ou reciclados ou requentados, não exclui a existência atual das sete vidas do stalinismo nem se descarta sua continuidade. A não ser, que se transforme a realidade de maneira profunda e se crie outro tipo de esquerda no país e não a habitual continuidade dos modelos antigos ou uma nova direita travestida de esquerda e agrupamentos que, em nome de suposta atualidade e inovação reproduz de forma patética algumas práticas pré-históricas.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS, João. A social-democracia, instrumento do capitalismo. **Princípios**, São Paulo, 2 jun. 1981.

BETTELHEIM, Charles. **A luta de classes na União Soviética: primeiro período (1917-1023)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

CHAUÍ, Marilena. **O voto útil: a política conservadora travestida em doutrina de bom senso**. Campinas, SP: Núcleo do PT de Campinas, 1982. Mimeo. (Publicação de um debate com Marilena Chauí na Unicamp, 1 jun. 1982)

CLAUDÍN, Fernando. **La crisis del movimiento comunista: de la Komintern al Kominform**. Barcelona, Espanha: Ibérica de Ediciones y Publicaciones, 1977.

GAUCHE OUVRIÈRE ET POPULAIRE. **As origens do revisionismo / sobre a questão de Estaline**. Cepes, Lisboa, 1976. Mimeo.

LEWIN, Mosche. Para uma conceituação do stalinismo. In: HOBBSAWN, Eric J. **História do marxismo: o marxismo na época da terceira internacional: a URSS, da construção do socialismo ao stalinismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LUKÁCS, Georg. Carta sobre o stalinismo. **Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, v.1, 1977.

MÁREK, Franz. Sobre a estrutura mental de Stalin. In: HOBBSAWN, Eric J. **História do marxismo: o marxismo na época da terceira internacional: a URSS, da construção do socialismo ao stalinismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MACNEAL, Robert. As instituições da Rússia de Stalin. In: HOBBSAWN, Eric J. **História do marxismo: o marxismo na época da terceira internacional: a URSS, da construção do socialismo ao stalinismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MEDVEDEV, Roi A. O socialismo num só país. In: HOBSBAWN, Eric J. **História do marxismo: o marxismo na época da terceira internacional: a URSS, da construção do socialismo ao stalinismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003a.

OLIVEIRA, Francisco de. Nova classe social comanda governo Lula, diz sociólogo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, A10, 22 set. 2003b. (Entrevista de Francisco de Oliveira)

PAULO NETTO, José. **O que é stalinismo.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

POULANTZAS, Nicos. As transformações actuais do Estado: a crise política e a crise do Estado. In: POULANTZAS, Nicos (Dir.). **A crise do Estado.** Lisboa, Portugal: Moraes Editores, 1978.

POULANTZAS, Nicos. El problema del estado capitalista. In: MILIBAND, Ralph; POULANTZAS, Nicos; LACLAU, Ernesto. **Debates sobre el Estado capitalista (1).** Buenos Aires, Argentina: Imago Mundi, 1991.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

SALVADORI, Massimo L. A crítica marxista ao stalinismo. In: HOBSBAWN, Eric J. **História do marxismo: o marxismo na época da terceira internacional: a URSS, da construção do socialismo ao stalinismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

TROTSKY, Leon. Stalin – rumo ao poder. São Paulo: Ched Editorial, 1980.v. 2.